PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DO ARAGUAIA
ESTADO DO PARÁ

ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

O Sr.º LUCIANO MORAIS, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 4559393 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 005.416.391-96, residente e domiciliado nesta cidade de Santana do Araguaia – PA, responsável pela Superintendência doSistema de Controle Interno do Município de Santana do Araguaia, nomeado nostermos do Portaria n.º 017/2021 de 01 de Janeiro de 2021, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2021, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2021/SRP/PMSA, QUE VERSA SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA SER UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA, PARA EXAME E EMISSÃO DE PARECER A RESPEITO DA SOLICITAÇÃO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO N° 117/2022. Assunto: 1º Primeiro Termo Aditivo de Quantitativo do Contrato Nº 117/2022.

Confrontando o expediente com a legislação pertinente, embora se tratando propriamente de TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO e não de RENOVAÇÃO DE CONTRATO, concluímos que a proposição se configura regular, posto que atende aos requisitos da Lei 8.666/93, sem quaisquer impedimentos ao alcance de sua permissão. Portanto, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios a sua área de atuação, esta CONTROLADORIA se manifesta favorável à celebração do referido Termo Aditivo, conforme autoriza lei maior retrocitada. Como a lei de licitações e contratos, no art. 61, parágrafo único, estabelece que “a publicaçãoresumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia…”, recomendamos que se proceda às publicações de praxe, uma vez colhida a assinatura no referido Termo Aditivo.

Com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93, Lei Complementar n° 123/2006 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processose encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidade legais nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer do Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação do Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos pela entidade, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Santana do Araguaia – PA, 05 de Julho de 2022

LUCIANO MORAIS:00541639196

Assinado de forma digital por LUCIANO MORAIS:00541639196
Dados: 2022.07.05 22:47:35 -03'00'

Responsável pelo Controle Interno: